

ANFIP alerta contra pontos da reforma da Previdência



O Congresso Nacional recebeu dia 20/2 a proposta de reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro. O texto tramita como PEC 6/2019 e promove ampla reforma no sistema previdenciário. A proposta será remetida para análise de admissibilidade da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). Registre-se que o colegiado ainda não foi reinstalado, fato que poderá ocorrer na próxima semana ou a partir do dia 12 de março (após o feriado de carnaval). A ANFIP já analisou toda a proposta e tem se posicionado desfavorável à pontos relevantes da reforma da Previdência.

Durante a primeira audiência pública sobre a PEC 6/2019, realizada dia 25/2, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do

Senado Federal, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, foi enfático: “Essa PEC é o extermínio do sistema previdenciário e sistema social do Brasil, esses dois instrumentos tão importantes previstos na Constituição Federal. Quando o governo anuncia a economia de R\$ 1 trilhão é bom deixar claro que esse valor não sai do bolso do governo, não é uma economia que o governo faz. Esse R\$ 1 trilhão sairá do bolso de trabalhadores e de aposentados. Esse dinheiro fará muita falta no dia a dia das pessoas, dos beneficiários e de suas famílias, assim como fará falta para o próprio desenvolvimento econômico”, destacou.

Os estudos da ANFIP foram amplamente ressaltados por palestrantes, bem como os resultados da CPI da Previdência, que apontou

claramente as deformidades de avaliação em relação ao deficit do sistema. “A Previdência não pode ser vista apenas pelo ponto de vista dos gastos. Atenção às fake news, não se trata de tirar de quem ganha mais e dar para quem ganha menos. O problema a ser atacado é sobre as desvinculações dos valores da Previdência, das renúncias fiscais e da própria sonegação fiscal”, destaca Floriano Sá Neto.

A audiência pública foi coordenada pelo senador Paulo Paim (PT/RS) e contou com a presença dos senadores Eduardo Girão (Pros) e Capitão Styvenson Valentim (Rede), do ex-governador do DF, Rodrigo Rollemberg, de deputados, líderes sindicais, entidades e associações representantes da magistratura e dos trabalhadores do setor público e privado.

Resultado do julgamento da GDAT

Página 3

Inscrições abertas para a XVII Convenção Nacional

Página 3

Curso Atuação Político-Parlamentar

Página 5

ANFIP presente nas reuniões da Frente em Defesa da Previdência

Os parlamentares e entidades signatários da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, entre elas a ANFIP, realizaram reuniões durante o mês de fevereiro para o relançamento oficial dos trabalhos, que ocorrerá dia 20 de março.

No primeiro encontro, realizado em 6/2, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, ressaltou a importância de os parlamentares e as entidades oficializarem a participação no movimento. “Não há nada de excepcional no sistema que indique a necessidade de uma reforma estrutural. A CPI da Previdência foi enfática em seu relatório ao apontar que há muito o que se fazer na gestão da Previdência”, argumentou.

Em 13/2, Floriano Sá Neto deu alguns encaminhamentos como, por exemplo, as datas das reuniões preparatórias, e informou que, no dia 20 de março, além do ato de relançamento da Frente, haverá seminário para debater a Previdência.

A vice-presidente de Assuntos



Parlamentares, Ilva Maria Franca Lauria, em pronunciamento, dia 20/2, disse que é preciso lutar por uma reforma justa “A reforma da Previdência precisa ser feita, mas de forma justa. E precisamos unir todos, setor privado, público e rural, e não permitir a destruição da Seguridade Social”, afirmou a dirigente.

Na reunião do dia 27/2, a vice-presidente Executiva, Sandra Tereza Paiva Miranda, afirmou “Nós, como representantes dos servidores públicos, e os trabalhadores da iniciativa privada, por meio de suas entidades representativas, temos a obrigação de fazer o governo

rever essa proposta que chegou”.

As reuniões de fevereiro também foram acompanhadas pelos vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), José Avelino Neto (Aposentadorias e Pensões), Dejanira Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Luiz Cláudio Martins (Política de Classe), Marluce do Socorro Soares (Política Salarial), Valdenice Seixas (Planejamento e Controle Orçamentário), pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Romero, e pela presidente da Fundação ANFIP, Aurora Miranda.

Principais pontos da reforma da Previdência

1) Desconstitucionalização das regras gerais do sistema previdenciário para os futuros segurados;

2) Estabelecimento de regras transitórias com idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens), que irão vigorar para os futuros segurados até que seja publicada lei complementar;

3) Instituição do regime de capitalização;

4) Estabelecimento de regras de transição para os atuais segurados com idade mínima progressiva iniciada em 56 anos (mulheres) e 61 anos (homens) até serem equiparadas às regras gerais – 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens). Além da idade mínima, o texto exige a somatória de idade com tempo de contribuição inicial de 86 para mulheres e 96 para homens;

5) Estabelecimento de regras diferenciadas para policiais, professores e pessoas submetidas a condições de insalubridade;

6) Sobre os proventos, estabelece que o valor da aposentadoria corresponderá a 60% da média dos salários de contribuição, acrescida de 2% para cada ano que exceder aos 20 anos de contribuição, exigindo 40 anos de contribuição para atingir 100% da média;

7) Para os servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, o direito a integralidade da remuneração desde que se aposentem aos 65 anos (homem) e 62 anos (mulher) ou 60 anos de idade se professor (ambos os sexos);

8) Para policiais, terá a totalidade da

remuneração aqueles que ingressaram no serviço público em carreira policial antes da implementação de regime de previdência complementar pelo ente federativo ao qual esteja vinculado ou, para os entes federativos que ainda não tenham instituído o regime de previdência complementar, antes da data de promulgação desta Emenda à Constituição;

9) Estabelecimento de alíquota de contribuição previdenciária para os servidores público (podendo chegar a 22%), considerando a remuneração;

10) Assegura o direito adquirido para os segurados que preencham os requisitos de aposentadoria na data de publicação da reforma;

11) Para os servidores públicos, mantém o abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária.

Expediente **Linha Direta**

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Ilma Pelizon dos Santos

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Indira Oliveira e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIOS
Bruna Nogueira Ribeiro
Tiago Kirixi

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Roxo Machado
Floriano Martins de Sá Neto
Ilma Pelizon dos Santos (coordenadora)
Luiz Cláudio de Araújo Martins
Marluce do Socorro da Silva Soares
Sandra Tereza Paiva Miranda



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Inscrições abertas para a XXVII Convenção Nacional da ANFIP



Atenção associado! Estão abertas as inscrições para a XXVII Convenção Nacional da ANFIP. O evento máximo de decisões da Entidade será realizado de 30 de maio a 2 de junho, no Quality Hotel & Suites, em Brasília (DF). Para se inscrever, basta acessar convencao.anfip.org.br.

No ambiente virtual é possível conferir a programação do evento, os prazos e regulamentos para inscrição de teses e propostas, dicas sobre hospedagem e pontos turísticos. Tudo isso reunido em um único lugar!

Dispensa de ponto

Os Auditores Fiscais ativos, associados da ANFIP, que precisarem da liberação de ponto, devem se inscrever, impreterivelmente, até o dia 2 de maio de 2019.

Considerando que o evento começa na quinta-feira (30/5), e vai até domingo (2/6), com a sessão solene de encerramento, será requerida a liberação de ponto para os dias 30 (quinta) e 31 (sexta) de maio e os dias 29 de maio e 3

de junho para trânsito.

É importante ressaltar que esses dias solicitados para dispensa de ponto deverão ser compensados posteriormente, conforme Instrução Normativa (IN) nº 2, de 12 de setembro de 2018, da qual destaca-se o art. 36 – “Poderá haver a liberação do servidor público para participar de atividades sindicais, desde que haja a compensação das horas não trabalhadas”.

Como há limite de 5% de liberados por unidade administrativa por evento, conforme Portaria nº 631/2013, será observada a ordem de inscrição de cada participante. Para fins de comprovação de participação, será entregue o certificado no último dia da Convenção (2 de junho), desde que o participante tenha assinado diariamente a lista de presença.

A ANFIP vai enviar o pedido de dispensa de ponto às unidades de lotação de acordo com o preenchimento no ato da inscrição. Por isso, é muito importante o preenchimento correto dos dados.

Resultado do julgamento da GDAT

A ANFIP informa que no julgamento ocorrido dia 26 de fevereiro, a Associação teve seus Embargos de Declaração parcialmente acolhidos. Estavam sendo rediscutidos pontos que já haviam sido analisados no julgamento anterior, contudo, sobrou ainda a apreciação do quesito que se refere aos honorários de sucumbência, a serem pagos pela União referente ao processo. É importante salientar que os Embargos da União foram rejeitados.

Os desembargadores reiteraram que as contas judiciais devem permanecer bloqueadas até o trânsito em julgado da ação, visto que ainda há a possibilidade

de a União recorrer.

A Entidade está analisando os meios legais para a defesa dos interesses dos beneficiários. Sendo assim, a próxima providência será impetrar Recurso Especial, no Superior Tribunal de Justiça. Deste modo, não há como definir prazos para liberação desses valores, visto que dependerá da admissibilidade do recurso e posterior julgamento.

A Associação permanecerá acompanhando todos os trâmites a fim de resguardar os direitos de seus associados, assim, qualquer informação será comunicada aos beneficiários pelos canais de comunicação da Entidade.

Entidade atua para modificar pontos da MPV 870



A MPV 870/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, trouxe algumas modificações que, no entender da ANFIP, não contribuem para a melhoria da administração pública e da Receita Federal do Brasil.

Sendo a RFB órgão essencial ao funcionamento do Estado, sua autonomia administrativa e financeira interessa a toda a sociedade por desvinculá-la das momentâneas divergências políticas e, desta forma, mantê-la como instrumento da administração tributária, buscando a justiça fiscal prevista na Constituição Federal.

A Entidade também entende equivocada a transferência do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) para o Ministério da Justiça, por ser uma instituição precipuamente de controle tributário, cujas informações foram e deveriam continuar sendo utilizadas de forma complementar pelos órgãos que apuram ilícitos penais. Por último, a ANFIP discorda da incorporação da Esaf (Escola de Administração Fazendária) à Enap (Escola Nacional de Administração Pública), medida que compromete a independência daquela e ignora seus 50 anos de história.

As propostas de alteração sugeridas pela Associação, que corrigem essas distorções, foram apresentadas como emenda à MPV 870 pelos deputados federais Bohn Gass (PT/RS), Erika Kokay (PT/DF) e Alice Portugal (PCdoB/BA), e pelo senador Paulo Paim (PT/RS), aos quais a Entidade agradece o empenho e o comprometimento na defesa dos interesses do país. Conheça a íntegra das emendas sugeridas pela ANFIP no Portal.

Conselho de Representantes em Brasília



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, fez a abertura da reunião ordinária do Conselho de Representantes, formado pelos presidentes das Estaduais, dia 25/2, em Brasília (DF).

Floriano Sá Neto destacou o importante trabalho que a ANFIP vem fazendo para garantir os direitos dos Auditores Fiscais da Receita Federal, principalmente na luta pelo movimento contrário à proposta de reforma da Previdência do atual governo, além de pedir mais união entre os Auditores. Durante o encontro, o presidente também avisou sobre as próximas

eleições do Conselho Executivo da Entidade e relatou as ações realizadas na área jurídica.

A reunião, encerrada dia 28/2, foi presidida pela coordenadora da Mesa do Conselho de Representantes, Tereza Liduína Santiago Félix. Durante os quatro dias, foram deliberadas as seguintes pautas: apresentação dos membros participantes da reunião (novos presidentes, aniversariantes do período); informes sobre a atuação da ANFIP nas reformas da Previdência e Tributária; assuntos jurídicos; comissão ANFIP do Futuro, dentre outros assuntos de interesse da Entidade.

Deliberações do Conselho Executivo



O Conselho Executivo da ANFIP reuniu-se dia 21/2, em Brasília (DF). A pauta da reunião ordinária foi composta por deliberações diversas, entre elas a prestação de contas e a execução orçamentária de outubro, novembro e dezembro de 2018;

a XXVII Convenção Nacional da ANFIP; plano de saúde; assuntos jurídicos; e o projeto ANFIP do Futuro. A reforma da Previdência também foi um tema abordado pelo Conselho Executivo, assim como a reforma tributária.

Benefícios

Atividade física

bluefit
A SUA ACADEMIA

No Clube de Vantagens ANFIP, associados e seus dependentes têm à sua disposição a Academia Bluefit: matrícula e anuidade gratuitas. E mais! No Plano Gold, de R\$ 99,90, você paga apenas R\$ 79,90 mensais. A promoção é válida para todas as unidades nacionais, exceto a de Teresina (PI).

Viage em março!

Rio Quente
parques & resorts

O Complexo Rio Quente preparou uma programação completa para o mês de março. E os associados da ANFIP têm descontos especiais no período. Entre as atrações, está prevista a Semana Sabores do Brasil com MarterChefs convidados, oficinas mini chefs, palestras, vila gastronômica, shows de danças brasileiras, espetáculo dança Brasil e luau. Confira no Portal!

Graduação e pós-graduação

Cruzeiro do Sul
Educativo

Descontos de até 30% em todas as mensalidades das unidades que integram o Grupo Educacional Cruzeiro do Sul já estão disponíveis aos associados da ANFIP. O desconto será aplicado nas mensalidades de todos os cursos de graduação presencial, pós-graduação presencial, além dos cursos de ensino a distância (EAD). A promoção é válida para o primeiro semestre de 2019. Agende seu vestibular pelo WhatsApp: 11-98912-0114

Segunda turma do curso Atuação Político-Parlamentar



Chegou a grande oportunidade de você entender o funcionamento e sistematizar dados e informações sobre o papel e a missão do Poder Legislativo e, desta forma, participar ativamente do acompanhamento do processo decisório no Congresso Nacional.

A ANFIP e a Fundação ANFIP abriram as inscrições para a nova turma do curso Atuação Político-Parlamentar, por meio da plataforma Escola Virtual ANFIP (EvA), com os professores Antônio Augusto de Queiroz e Miguel Gerônimo. As inscrições podem ser feitas até o dia 31 de março.

O curso constará de dois módulos. O primeiro será a distância, através da EvA, e o segundo, presencial, a ser realizado em Brasília, tendo como pré-requisito a conclusão do módulo virtual. Na segunda fase do curso, os participantes poderão percorrer os corredores do Congresso Nacional para entender na prática o dia a dia do trabalho parlamentar.

Faça já sua inscrição e reserve a sua vaga em <http://bit.ly/inscricao-curso-online-app>. Acesse www.escolavirtual.anfip.org.br e obtenha mais informações sobre o curso e como participar. Outras informações pelo escolavirtual@anfip.org.br.

Primeiro curso concluído

Os participantes da primeira turma do curso Atuação Político-Parlamentar fizeram a etapa presencial em Brasília (DF), de 18 a 20 de fevereiro, para um trabalho de campo no Congresso Nacional. Na oportunidade, os

participantes puderam acompanhar ao vivo a transmissão do debate da equipe econômica do governo detalhando a proposta da PEC 6/2019, além de debatê-la.

“A etapa presencial foi realizada em uma semana decisiva para a retomada da tramitação da reforma da Previdência. Os participantes tiveram uma oportunidade ímpar de vivenciarem esse clima no Congresso Nacional e o intenso trabalho parlamentar que desempenhamos em prol dos direitos, não só dos Auditores Fiscais da Receita Federal, mas para toda a sociedade brasileira”, destaca Ilva Franca.

O encontro foi promovido pela ANFIP, em parceria com a Fundação ANFIP e a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital). Como parte da capacitação, foi realizado um jantar com parlamentares, prestigiado pelos senadores Eduardo Gomes (MDB/TO) e Zenaide Maia (PROS/RN). Também participaram os deputados federais Átila Lira (PSB/PI), Célio Silveira (PSDB/GO), Celso Russomano (PRB/SP), Dr. Leonardo (Solidariedade/MT), Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT), Luis Miranda (DEM/DF), Marina Santos (PTC/PI), Mauro Nazif (PSB/RO), Natália Bonavides (PT/RN), Pastor Gildenemyr (PMN/MA), Rodrigo Coelho (PSB/SC). Representando a senadora Selma Arruda (PSL/MT), estiveram presentes a suplente da senadora, Clerie Mendes, e a assessora jurídica Olga Lustosa.

Sistema Tributário em pauta



O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, proferiu palestra sobre a Reforma Tributária Solidária no evento beneficente “Empresários Solidários”, realizado por Baby Beef Jardim, FEASA e Macla Empreendimentos e Participações, no dia 20 de fevereiro, na cidade de Santo André (SP).

O evento teve a presença de 65 empresários, todos muito interessados nas mudanças necessárias em nosso sistema. O vice-presidente enfatizou que a simplificação do sistema tributário é muito importante, todavia, mais importante ainda é enfrentar as distorções que fazem dele um dos sistemas mais concentradores de renda do mundo. Após a palestra, Cesar Roxo respondeu a diversas perguntas.

Cédula de identificação

A Divisão de Administração de Pessoas (Diape/Coape) informa que, dando continuidade aos procedimentos de confecção de cédulas de identificação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil aposentados para o ano de 2019, estão previstos o envio de três lotes à Empresa Thomas Greg, conforme cronograma abaixo:

1º Lote – 26/03/2019

2º Lote – 23/07/2019

3º Lote – 22/10/2019

Os Auditores Fiscais aposentados associados que ainda não solicitaram a cédula de identificação podem comparecer às unidades da Receita Federal para coleta de dados biométricos e biográficos que constarão no documento. Para solicitar o documento, é preciso levar uma foto 3x4 recente, sendo que os homens devem estar de paletó e gravata.

No seu Estado

SP: ANFIP do Futuro



O evento ANFIP do Futuro esteve em São Paulo. O encontro foi realizado no hotel Nobile Downtown São Paulo, dia 14/2, e aberto à participação dos associados da Apafisp (Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil) e da ANFIP.

RS: Frente Gaúcha



Os integrantes da Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Social reuniram-se dia 15/2, na sede do Sindifisco-RS, em Porto Alegre (RS), para definir estratégias e ações contra o projeto da reforma da Previdência.

MG: Frente Mineira



A Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social realizou dia 11/02, na sede da ANFIP-MG, uma reunião para discutir a possível proposta de reforma da Previdência — que o governo apresentou em fevereiro — e traçar estratégias para lutar por uma reforma justa para toda a sociedade.

CE: Solenidade de Posse



A presidente da ANFIP-CE, Tereza Liduína Santiago Félix, prestigiou, dia 4/2, em Fortaleza (CE), a cerimônia de posse da nova diretoria executiva e do Conselho Fiscal do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Delegacia Sindical no Ceará, para o triênio 2019-2021. O presidente Floriano Sá Neto também prestigiou o evento.

RJ: Festa em clima de folia



A ANFIP-RJ realizou no dia 21 de fevereiro seu tradicional baile pré-carnavalesco da entidade. O evento reuniu associados, familiares e amigos na sede social. Na ocasião também foram homenageados os aniversariantes dos meses de janeiro e fevereiro, com animação de Marco Vivan e Banda. A confraternização contou com muita alegria, fantasias e diversão em clima de carnaval!

Reunião com ministro da Casa Civil



A ANFIP participou da reunião organizada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, dia 28/02, no Palácio do Planalto, em Brasília.

O encontro tratou sobre pontos relevantes da PEC6/2019, da reforma da Previdência, que precisam receber atenção especial, alterações e até mesmo supressões. O grupo também foi acompanhado por dirigentes da Associação do Ministério Público (Conamp), da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Na ocasião, os dirigentes apresentaram ao ministro ressalvas em relação à migração para a previdência privada, aumento desproporcional da contribuição previdenciária com alíquotas progressivas, que podem chegar a 22%, o comprometimento dos direitos sociais, a ausência de regras de transição claras e justas, a forma cruel com que os já aposentados, incluindo as decorrentes de invalidez, e pensionistas são tratados no bojo da proposta apresentada pelo governo.

A vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda, expressou a decepção da ANFIP e da sociedade em relação ao texto da reforma da Previdência apresentado pelo governo. “É uma reforma que desconstitucionaliza direitos sociais conquistados com muita luta, reduz o BPC (Benefício de Prestação Continuada), iguala regras para o serviço público e privado com redução significativa do valor das pensões por morte e a previsão de alíquotas progressivas de contribuição previdenciária, tanto para o setor privado quanto para o público”, enfatizou.

ANFIP na luta pela garantia dos direitos previdenciários

A Associação realiza um amplo trabalho de debate sobre a PEC 6/2019, que trata da reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional. Veja como foi a mobilização no mês de fevereiro.



Reunião com secretário de Políticas de Previdência, Leonardo Rolim, em 1º/2, no Ministério da Economia



Debate com Advogados Públicos Aposentados e Pensionistas (Anapa), dia 6/2, em Brasília



Entidades abrem diálogo com secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, em 7/2



Bloco de oposição na Câmara dos Deputados se alinha contra a PEC 6/2019. Reunião em 13/2



Carreiras de Estado intensificam diálogo com o governo, em reunião na Secretaria da Presidência da República, dia 14/2



Palestra da ANFIP na Câmara Legislativa do DF sobre a reforma da Previdência, em 14/2



Reunião estratégica para início do trabalho parlamentar contra a PEC 6/2019. Debate em 21/2, na Anamatra



ANFIP e DS Brasília promovem, em 21/2, palestra sobre sistema de capitalização



Reunião técnica na liderança do PSB no Senado sobre a reforma da Previdência, em 25/2



Professores de Instituições Federais articulam trabalho contra a PEC 6/2019. Reunião em 27/2, no DF



ANFIP alerta sobre o fracasso do modelo chileno de capitalização, em evento na UFRN, dia 21/2



Palestra na Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), em 26/2